

DE HOMENS DE TERRA E GUERRA A HOMENS DE PAPEL E TINTA: O ARQUIVAMENTO DA MEMÓRIA NAS REVISTAS LITERÁRIAS (1856-1879)

Carla Renata Gomes¹

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre a escrita da história sul-rio-grandense nos periódicos literários de Porto Alegre no século XIX, refletindo sobre o arquivamento da memória das práticas letradas, em torno da escrita pública, mas também, da memória da emergência da cultura histórica, sobretudo, da interdição aos eventos em torno da guerra civil e alguns de seus personagens, já que, o acervo produzido pelos periódicos permitiu acompanhar o esforço empreendido para a realização de narrativas sobre a Revolução e a superação dos obstáculos para empreendê-las.

Palavras-chave: memória; história RS; historiografia; periódicos.

MEN OF LAND AND WAR TO PAPER AND INK MEN: THE MEMORY ARCHIVING IN LITERARY MAGAZINES (1856-1879)

Abstract: This article presents a discussion in the PhD thesis, defended in 2012 in PPG History of UFRGS, on the writing of the history of the South of Rio Grande do Sul in the literary journals of Porto Alegre in the 19th century, reflecting on the memory of literate practices archiving, about the public writing, but also of the memory of the emergency of the historical culture, particularly, the ban of the events surrounding the civil war and some of its characters, since the collection produced by periodicals allowed to accompany the effort undertaken to develop narratives about the Revolution and the overcoming of the obstacles to undertake them.

Keywords: Memory; RS history; History; Periodicals.

Introdução

Memória, literatura/ficção, história, registro e memória-histórica, são esferas de atuação e expressão humana que se entrelaçam para organizar e conferir sentido ao mundo do indivíduo e da sociedade.¹ Se pensarmos em termos pessoais de transmissão das informações e conhecimentos herdados em família constataremos, sem grande esforço, que os primeiros informes que recebemos são relatos sobre quem são e o que fizeram ou fazem nossos parentes mais próximos, e que cabem aos mais velhos as narrativas sobre os que não mais existem e dos tempos que já se foram. Tais narrativas, muitas vezes adornadas por detalhes que ganham materialidade em nossa imaginação infantil ou juvenil, nos acompanharão como uma

¹ E-mail: <renata.asg@terra.com.br>

bagagem íntima, que se constitui em herança, uma herança transmitida por memórias compartilhadas, mas que carregamos como se nós as tivéssemos vivido e que acabarão compondo nosso imaginário pessoal sobre a constituição de um caminho que nos liga a pessoas, lugares e eventos que jamais teremos contato, senão por meio dos relatos orais que nos chegaram como ecos do passado ou, como lembra Ricoeur a partir de Eugen Fink, muitas vezes “o aspecto literário dessas heranças equivale ao corte de uma janela aberta para a vasta paisagem da passadidade enquanto tal”.²

Mais adiante, um pouco mais maduros e talvez estimulados por uma curiosidade sobre tais acontecimentos, lugares ou pessoas, poderemos procurar os vestígios materiais daquelas existências e, então, é possível que encontremos documentos que as comprovem, fotografias que as atestem, depoimentos que confirmem lembranças ou agreguem outros elementos, enfim, rastros, registros instituídos em fontes históricas, que nos permitam corroborar um mundo transmitido pela oralidade. Entretanto, a reconfiguração da memória pela materialidade documental não conterà os adornos da imaginação, ao contrário revelará contradições e lacunas que muito provavelmente não serão preenchidas ou esclarecidas...

Se, apesar disso, houver dentro de nós um inquieto historiador, recolheremos os vestígios, cruzaremos com os relatos, selecionaremos os registros que conferem alguma veracidade ou, ao menos, verossimilhança às transmissões orais de nossos queridos idosos, e reorganizaremos de maneira inteligível e provável aquelas lembranças fragmentadas e desordenadas, porém adornadas por elementos subjetivos que serão descartados nessa operação (historiadora) e substituídos por outros não menos subjetivos, no entanto considerados como interpretações ou versões por possuírem o embasamento da autoridade documental. Quando, por fim, efetuarmos a escrita dessa reunião de registros, essas já não serão as memórias que nos foram transmitidas, mas a conversão de lembranças compartilhadas em memória-histórica, ou como prefere Ricoeur (2007, p.154), em “memória instruída”.³ Porque selecionada, avaliada e, principalmente, ordenada para cumprir a função de perpetuar aos que vierem depois de nós as informações que julgamos serem as mais corretas e verossímeis sobre lugares, acontecimentos e pessoas de nossa história.

Tal exposição não pretende atribuir um sentido unívoco, evolutivo ou progressivo ao registro histórico ou uniformidade ao método historiográfico, tem apenas a intenção de demonstrar que tanto no nível individual como no nível social, para que seja perpetuada alguma memória, ela sempre será submetida ao julgamento e a seleção para que possa ser objetivada, institucionalizada e transmitida às gerações seguintes, devidamente, legitimada e sancionada sobre o que e quem deve ser lembrado.⁴ Até que haja novo questionamento, a reinterpretção e, com a reescrita da história, a elaboração de outra memória-histórica, mas que será sempre instruída pelos registros ou fontes materiais, escritas, orais ou pictóricas.

O ofício de exumação do passado encontraria nas páginas da **Revista Mensal do Parthenon Litterario** o abrigo seguro para algumas memórias. O gesto dos letrados de darem um lugar aos seus mortos para serem lembrados equivale ao trabalho de sepultamento honroso do passado pela escrita de sua história, compreendida desse modo, a não escrita da história equivaleria a deixar os antepassados insepultos e, portanto, entregues ao esquecimento.⁵

Nesse sentido, a memória arquivada nos periódicos e, principalmente, na **Revista do Parthenon Litterario** é, em primeiro lugar, a memória das práticas letradas, em torno da escrita pública, da formação

de associações literárias, do exercício do debate e da crítica, da troca de experiências, do estímulo à leitura e à troca de ideias, enfim de um espaço construído e mantido pela persistência dos jovens e dos maduros letrados rio-grandenses que, lentamente, pela reiteração dessas práticas e ao abrigo das páginas impressas transformaram desgarrados periodistas, tímidos professores, militares reformados ou na reserva e obscuros funcionários públicos em um grupo socialmente reconhecido como homens de letras, escritores e poetas que tornaram visíveis as suas ações e instituíram outro modo de manifestação cultural pelo qual os rio-grandenses poderiam ser, a partir de então, reconhecidos.

Em segundo lugar, a memória da emergência da cultura histórica, sobretudo, da interdição aos eventos em torno da guerra civil e alguns de seus personagens, nesse particular, o acervo produzido pelos periódicos permitiu acompanhar o esforço empreendido para a realização de narrativas sobre a Revolução e a superação dos obstáculos para empreendê-las, assim surgem as primeiras publicações de transcrições de documentos originais relativos a acontecimentos da guerra civil; discussões sobre teses publicadas ou não sobre os eventos revolucionários; adoção ou rejeição de terminologias designativas aos combatentes farroupilhas, ora tratados como rebeldes ou revoltosos, ora como revolucionários ou republicanos, ou ainda como dissidentes; e as biografias que constroem modelos e padrões de comportamento, evocando o testemunho dos mortos por meio da constituição de condutas pelos memorialistas encarregados de erigi-las.

Ao efetuar a conversão dos periódicos literários em fontes históricas e considerá-los constituintes de uma instituição sociocultural capaz de formar e conferir um perfil de atuação específico aos seus integrantes, nosso gesto historiador ressignifica o que foi um meio de expressão e divulgação das ideias literárias. Torna-o, também, agora um lugar de práticas letradas num sentido bem mais amplo de atuação política e redimensiona ações, aparentemente isoladas, ao incluí-las numa cadeia de práticas sociais tornando-as partes escandidas do mesmo encadeamento histórico, qual seja, aquele que produz outro espaço e modo de atuação política e social para os homens da Província.

Esse é, portanto, o duplo acervo contido na memória arquivada pelos periódicos literários cuja conservação tornou possível remontar um quadro de práticas historiadoras entre os letrados da Província e que a preservação também torna perceptível a intenção do monumento por trás do documento, já que esse é parte de um monumento na medida em que ele contribui para edificar uma ideia e essa edificada pelo documento é o monumento que ele contém, tal como ensinam Le Goff (1996, p.548) e Ricoeur (1997, p.199).

Acompanhamos, então, a construção desse duplo monumento, um *panteão* que se constitui pelo conjunto dos periódicos no *legado literário* que reitera um *destino heroico* também no campo das letras e o outro que é esse “padrão de glórias rio-grandenses” por meio das narrativas literárias, biográficas e memorialistas contidas nas páginas da **Revista Mensal**.

Considerar que os periódicos literários, tomados no conjunto selecionado, constituíram e consolidaram um espaço de compartilhamento de práticas e ideias entre os letrados porto-alegrenses, assinalando, por sua persistência e aperfeiçoamento, um começo institucional de produção literária e historiográfica na Província do Rio Grande de São Pedro, permitiu vislumbrar também uma disputa de configurações institucionais e de papéis sociais.

Por trazer à cena outros atores, ou seja, os letrados e a fermentação das ideias escritas e publicadas, a importância dos periódicos na configuração de um novo conjunto de práticas sociais já havia sido indicada por Guilhermino Cesar (1971, p.68) quando publicou, em 1956, a *História da Literatura do Rio Grande do Sul* e questionou-se sobre o surgimento, durante a Revolução Farroupilha, de uma “forte agitação intelectual” por meio dos “jornais da República Rio-Grandense, seus poetas, sua constituição e leis complementares, o jornalismo político, a atividade das câmaras”, além da publicidade sobre “avançados princípios liberais”.

Sua interrogação foi: “Como se processou, em tão pouco tempo, a evolução de que nos dá notícia a história literária?” considerando que, em 1823, Gonçalves Chaves relatava não existirem na Província senão três rio-grandenses formados e quatro em estudos em Coimbra e que o primeiro prelo viria a aparecer apenas em 1827. (CESAR, 1971, p.69)

Atribuiu então à eclosão da Revolução o aparecimento dessa “agitação intelectual” premida pela necessidade de divulgação das ideias dos revolucionários que culminaria no aparecimento em 1868 da Sociedade do Parthenon Litterario, para Cesar:

Os gaúchos (sic) deram nesse período excelente testemunho de si mesmos. Fizeram a vigília das armas, mas não olvidaram o cultivo do espírito. Literariamente produziram pouco, que foi muito, dada a limitação dos recursos a seu dispor. Escreveram versos, fizeram jornalismo, cultivaram a história episódica e narrativa. (CESAR, 1971, p.70)

Tal interpretação sobre os homens e suas circunstâncias parece repercutir o desabafo de quem viu e viveu aqueles tempos. O literato Apolinário Porto Alegre (1844-1904), ao findar do século XIX quando já a República estava proclamada e a Revolução de 1893 havia encharcado com mais sangue o solo dos rio-grandenses, escreveu:

E nem se diga que somos só homens de guerra. Onde circula nas artérias sangue em que superabundam os glóbulos rubros, há nervos e músculos em serviço de inteligência punjante (sic). (...) Se não aparecemos singularmente até hoje nos domínios das letras, artes e ciências, é que não tivemos tempo de repousar. Sempre sob as armas, a cavalo, a lança em riste, a espada na destra, a carabina em mira! (PORTO ALEGRE, 1981, p. 31-32)

Entretanto, a despeito dessa vigorosa inteligência proclamada por Apolinário, a mais reiterada formulação sobre a exteriorização do ser e do fazer dos rio-grandenses é a que os representa como um ser bifronte: o campeiro-militar, forjado nas lides campeiras e na defesa das fronteiras. As instituições sociais que lhes regiam a conduta eram a estância e o exército; os códigos culturais e as hierarquias que prevaleciam seguiam a orientação militar configurando padrões de conduta e comportamentos de tal modo internalizados, reproduzidos e transmitidos que as famílias podiam organizar suas memórias pelas guerras, pelas patentes militares de seus membros, pelos regimentos em que serviram, pelo recuo ou expansão dos limites das propriedades, pela perda de vidas, gado ou campo nas invasões que sofreram e estabelecer autênticas linhagens militares. Linhagens de terra e guerra.

A estabilidade dessa formação social sofre um abalo estrutural e mental profundo quando as linhagens militares precisam reordenar-se internamente e não em face de um inimigo externo. Isso ocorre pela divisão de uma cruel guerra civil que não rompe com o *imaginário social* dos homens de terra e guerra, mas altera comportamentos e percepções apreendidos culturalmente, sobretudo, porque exige uma reconfiguração do mundo social para o estabelecimento de novos paradigmas de autoridade.⁶

Tais alterações podem ser captadas nas narrativas publicadas nos periódicos daquele tempo.⁷ E, com efeito, nos permitem compreender melhor as repercussões apontadas por Guilhermino Cesar, quando se refere a uma “forte agitação intelectual” por meio dos “jornais”, pois, além dos embates das ideias políticas, o mundo no qual estavam acostumados a viver havia mudado drasticamente com os posicionamentos adotados na guerra civil, para que esse mundo voltasse a ter e fazer sentido era necessário produzir sentidos. Os letrados cumprem o seu papel social emergindo das sombras das lutas em campo aberto para as *lutas de classificação social*⁸, por meio das narrativas que produzem significados e ordenam o mundo. Os homens de terra e guerra, finalmente, precisaram ceder espaço para os homens de papel e tinta para que suas escolhas fossem justificadas e seus feitos, lutas e ideais não fossem esquecidos, para que o sangue derramado não pareça ter sido em vão.

Tem início a luta entre “tinteiros” e “bagadus” nas páginas dos periódicos literários, mas, também, naqueles escritos que não foram publicados e que continham impressões significativas sobre os homens, suas batalhas e seus dramas.⁹

Decorridos 30 anos desde o final da guerra civil ou 40 anos de seu início, entra a **Revista Mensal** em seu 4º ano de publicação, as edições de 1875 adotam o projeto de José Bernardino e passam a publicar, a partir de agosto, sob o título de *Dados históricos sobre a Província* a transcrição de documentos relativos a Revolução Farroupilha. Além dos *Dados históricos*, as biografias e homenagens encontradas são: a continuação de *José F. dos Santos Pereira* por Augusto Fausto de Souza; a do *Tenente-General Bento Manoel Ribeiro* por J. J. Machado de Oliveira; de *Antonio Gonçalves Dias* por Hilário Ribeiro; a de Laurindo Rabelo por Aristides e a do *Conde de Porto Alegre (Manoel Marques de Souza)* por Caldre e Fião. Em 1876, ocorre o falecimento do Dr. Caldre e Fião, os parthenonistas honram sua memória publicando uma biografia e dois discursos fúnebres. Continuam, também, a publicar as transcrições de documentos sobre a história da Província e, em 1877, Apolinário publica a poesia *A evasão*, episódio da Revolução Farroupilha na qual homenageia explicitamente o general Bento Gonçalves e os ideais de liberdade e república. A **Revista Mensal** sofre a última interrupção em 1878 antes de sua extinção e reaparece em 1879, circulando de abril até setembro.

As três últimas biografias publicadas na “galeria dos ilustres” do Parthenon não poderiam ser mais representativas de um ciclo, de uma geração e de uma sociedade dividida entre o dever de esquecer e a coragem de lembrar, dos erros e dos acertos, das glórias e dos fracassos, dos homens e dos heróis, do patriotismo e do ressentimento, da cultura da guerra e da cultura letrada.

Igualmente importantes são as *Memórias da Guerra dos Farrapos*, de Francisco de Sá Brito que, tal como os *Diários* de Antonio Vicente da Fontoura, não foram publicadas ao tempo de sua produção (1870-1875), entretanto elas nos servirão aqui como outros fios da trama que se entrelaçam à urdidura do tempo, do espaço, da memória das experiências compartilhadas e transmitidas contribuindo na tecitura desse percurso sobre as práticas historiadoras entre os letrados rio-grandenses.

O Tenente-General Bento Manoel Ribeiro (1783-1855) é um dos personagens mais controvertidos da história da guerra civil rio-grandense, tendo lutado de ambos os lados e ao final optado pelo exército imperial. Seu posicionamento dividido não deve, contudo, indicar indecisão por parte deste que, entre todos os que figuraram nessas páginas, é o mais velho, portanto, digno do apelido militar de Veterano. Suas

decisões foram tomadas de acordo com determinadas circunstâncias adversas resultantes dos encaminhamentos tortuosos da própria revolução. Bento Manoel não apregoou ideais republicanos, pois era, antes de tudo, um militar do império e, portanto, um monarquista-constitucional. Nesse sentido, Francisco de Sá Brito em suas *Memórias* faz questão de apresentar a sua versão da atuação de Bento Manoel nos rumos da revolução perante seu filho o Dr. Sebastião Ribeiro, diplomata do império:

Não será o meu amigo nem mesmo a geração presente, quem há de julgar imparcialmente o procedimento de seu pai, e sim a história abrilhantada pelos futuros progressos da moral e da sociabilidade, quando valerem menos os nomes das cousas que a sua realidade. Se é possível conjecturar sobre os juízos dos vindouros, que poderá fazer um dia a história desapassionada e imparcial sobre esse procedimento senão que seu pai, como homem superior, posto que não literato, o que mais abona seu natural talento, sua sã moral e são princípios, combateu desinteressadamente os excessos danosos à sociedade, ou se manifestasse ele entre os revolucionários exaltados, ou entre os anarchistas ferozes, que por ludibrio se denominavam legalistas. Meu amigo julga o general Bento Manoel como legalista ferrenho, como outrora o julgava eu, saído das escolas; mas para julgar os homens é preciso elevar nosso espírito acima das opiniões vulgares. (BRITO, 1986 (1870-1875), p.164)

O segundo busto dessa galeria é o *Conde de Porto Alegre*, Manoel Marques de Souza (1805-1875), biografado por ninguém menos do que o terceiro a compor essa derradeira coleção de rio-grandenses ilustres, Dr. Caldre e Fião, sempre tão cioso de suas produções literárias, não procederia diferentemente com seu companheiro de lutas políticas e confrade no tão almejado Instituto Histórico da Província. Entretanto, por ironia da longevidade de ambos, o projecto partenonista já sentia faltarem-lhe as forças e a biografia do amigo ficou inconclusa, naquela torturante indicação final de “continua”...

Contudo, nenhum escrito de Caldre e Fião é vão, sempre há uma preciosa reflexão oferecida pela aguda percepção que dedicava a tudo que merecia sua análise, fruto talvez do exercício da clínica que estimula e desenvolve a observação dos detalhes, que são tão fundamentais para formular um diagnóstico. Assim, ele principia a narração de uma vida atravessada de ponta a ponta por todos os principais conflitos vividos pela Província durante o século XIX, indicando que o jovem Manoel, filho e neto de militares, foi, muito possivelmente, embalado na cadência de hinos de guerra, ou sob o estrépito das armas e desde muito cedo familiarizado com a vida rude dos soldados a qual foi apresentado formalmente aos 10 anos, em 1815, como cadete de artilharia em Montevideu, no período das ofensivas de anexação da Banda Oriental (entre 1809 e 1820).

Narrar a vida de um homem de guerra, exaltando seus feitos e sua bravura sem recorrer à glorificação da guerra *tout court*, o que contrariava princípios fundamentais do biógrafo, não era tarefa simples e seu juízo consciencioso não permitia sequer o fácil elogio a grande Guerra do Paraguai, a qual

é no presente justificada pelas justas represálias que esses povos tomarão dos cometimentos insólitos feitos á sua integridade e honra nacional; o futuro, porem, reunindo todos os episódios e peripécias que n'ella se derão a julgará com o juizo severo que só dá a sua imparcialidade. (REVISTA MENSAL, julho, 1875, p.03)

Embora ele siga fielmente a cartilha do discurso epidídico, isto é, do encômio ao biografado desfiando todo o rosário de adjetivações cabíveis: valentia, pertinácia, sacrifícios despendidos, generais distintos de bravura inexcédível, arrojo, atos de abnegação e ousadia, sua pena não resiste ao apelo do juízo

rigoroso e ao referir-se ao combate naval de Riachuelo como um feito de grande alcance, brilho da glória da marinha nacional, que aniquilou a esquadra paraguaia mas que, no entanto, “a abordagem dos encouraçados pela infantaria, em canoas, é uma cousa insólita e que parece ser mais um acto de desespero do que de estratégia”. Ele segue impávido entre trincheiras rompidas pela aterradora cavalaria, cometimentos atrevidos, combates renhidos, ressalvando, porém, o quanto “é terrível de contemplar-se o quadro d’essas lutas” embora seja possível que se destaquem “n’elle figuras tão imponentes e attractivas que dentre as dobras afflictivas do coração humano mais de uma doce impressão nos vem arrebatrar a mente e dar-nos momentos de agradável contemplação”.

E o biógrafo que deveria a partir de então escrever sobre o biografado, pela primeira vez desde que publicara seus romances contextualizados no período revolucionário, Caldre e Fião suspende o dever de render homenagens ao militar e cede à sua consciência ao apresentar o seu relato pessoal sobre os acontecimentos em Porto Alegre por ocasião da reação ao cerco da capital, e pela importância da narração, pelo conteúdo efetivamente memorialista, de quem viu e viveu aqueles dias, mas negava-se a registrar um testemunho, transcreveremos a quase totalidade de um texto que representa o seu rastro que permaneceu, instituído em prova documental e, a partir de agora, em fonte histórica.

Escurecido o céu da pátria, debaixo do denso véu da revolta que arrancou dos braços da paz o povo pastor e industrioso d’esta Província, corria a revolução no seu primeiro período, ainda de efervescencia, de surpresa para os observadores e homens públicos, quando repentinamente viu-se aparecer os primeiros signaes da reacção.

O povo da capital tinha demais soffrido dos revoltosos.

A canalha desenfreada alardeando o procedimento dos farropilhas da revolução franceza acomettia o lar da família, violava o direito de propriedade e insultava os cidadãos pacíficos que alheios as dissensões políticas vivião no remanso dos seus solares; uma horda de homens pervertidos, da mais baixa ralé fazião parar os cidadãos ou entravão em suas casas e lhes davão bolos, fazendo passar recibo em face de suas famílias, de suas próprias mulheres e filhas.

Reinava a anarchia em toda a sua hediondez, a cidade era presa da desordem, e não havia ordem nem governo possível; o próprio José Gomes Jardim, Calvate, Marciano e outros dos mais influentes, desesperavão com a situação. Tudo parecia determinar a reacção que teve lugar no dia 14 para o dia 15 de Julho de 1836.

Não é difficil indagar quem forão os promotores que sustentarão a causa do império n’esta emergência difficil.

Todos os que não podião suportar o desenfreamento dos farropilhas, todos os homens serios e honestos, todos os que tinhão a perder, se congregarão para conjurar uma tal situação. A cidade estava desolada, despovoada pela emigração havida por occasião da entrada de Bento Gonçalves, á 20 de Setembro de 1835, e depois pelas levas feitas pelos sediciosos; mas não faltarão homens de boa vontade que á um signal convencionado se reunissem para se apoderarem da cidade, sem lembrarem-se que podião fracassar ante as forças sediciosas que bem perto existião.

(...)

Este incidente, porem, não desanimou os reaccionarios que no dia 15, contando então com suas únicas forças e em numero de 240 homens mal armados se acharão senhores da cidade, guarnecendo os pontos e tendo no quartel do 8º mais de 300 presos dos sediciosos. Os reaccionarios forão buscar o velho João de Deus, visconde de S. Gabriel, para seu che-

fe e não esquecerão o *sympathico major Marques** que incontinenti forão tirar da infecta prisiganga que estacionava em frente da Marinha**.

O que se sucedeu a reacção, aquela luta, quasi homerica, que sobrepujava o animo mais esforçado, os trabalhos materiaes que se tiverão de executar para circumdar a cidade de um entrincheiramento de madeira, o susto, a anciedade porque passavão as famílias vendo a cada momento aproximarem-se as forças sediciosas, visto que bem longe estava o commandante das armas, Bento Manoel Ribeiro e não havia probabilidades de soccorros do Rio Grande, porque a Itapuan estava guarnecida pelos revoltosos, tudo isto é bem difficil de descrever-se e parece ainda um sonho para o nosso espirito; o que sobressahia no entanto era a actividade de todas as horas, de todos os instantes, era a presença de um homem que estava em toda a parte, risonho, animador e confiado em suas próprias forças e nos exíguos recursos da cidade. Este homem era o major Marques, que se podia dizer a alma da reacção.(...)

A cidade achava-se sitiada no dia 20 por forças de mar e terra. Era Bento Gonçalves em pessoa que commandava as forças de terra, computadas em 1,500 praças. As forças de mar sob a chefatura de José Pereira da Silva compunhão-se do brigue *Bento Gonçalves*, comandante o chefe, patacho *Herval* de propriedade de Modesto Franco, comandante Miguel Pratico, escuna *Farropilha*, comandante Juca Mulatinho, e palhabote, comandante Joaquim Gonçalves de Saibro.

(*) Conde do Porto Alegre.

(**) Arsenal de Marinha

Continua. (REVISTA MENSAL, setembro, 1875, p.128-130)

Cumpriu sua parte da dívida com a história legando-nos esse depoimento, à guisa de homenagear um amigo Caldre e Fião prestou sua homenagem pessoal à memória, à sua memória e daqueles que compartilharam com ele a aflição desses dias, angústia que deixa transparecer e reconhece ao perceber como “tudo isto é bem difficil de descrever-se e parece ainda um sonho para o nosso espirito”, o jovem José Antonio presenciou tais cenas, não esteve num campo de batalha, mas esteve nas ruas de uma Porto Alegre ocupada por facções exaltadas, quer legalistas, quer republicanas ambas estavam fora de controle, e aqui recorreremos a memória de outro que presenciou esse quadro caótico, Francisco de Sá Brito:

Nas imediações daquela vila [Caçapava] recebeu notícia da reação da capital e, como Bento Gonçalves passasse a sitir Porto Alegre, o seguiu e da margem direita do Guahyba fez signal combinado com uma bandeira branca com uma lista encarnada no centro e três tiros, que, como devia ser ignorado do povo ocasionou por 10 minutos profundo silêncio, que foi seguido de imenso alarido, fogos de ar, salvas de artilharia e repiques de sinos das igrejas.

Fez logo passar 200 homens e gado do município para a cidade, que estava na penúria e não poderia por mais tempo resistir ao sitio apertado em que os revolucionários a tinham posto, impedindo assim de sucumbir a heroica reação. Depois passou ele brigadeiro com 800 homens e cavalos competentes.

Achando-se já na capital, obrigou a levantar o sítio, retirando-se os revolucionários para Viamão, onde Gonçalves estabeleceu o seu quartel general (...).(BRITO, 1986 (1870-1875), p.151-152)

Quanto à biografia dedicada a Caldre e Fião, realizada por Achilles Porto Alegre, sempre tão eloquente como os demais irmãos, foi senão breve ao menos econômico quanto ao perfil do confrade partonista, traçou em largas linhas a face do médico, do abolicionista, do periodista e algumas informações

sobre o político, ficou a dever comentários sobre sua produção literária, sua participação no IHGPSP, enfim para um tão produtivo espírito, mesmo valendo-se da retórica da humildade, o biógrafo demonstrou insuficiência de forças. A fim de fazer justiça ao velho lidador menos não mereceria que sua biografia fosse traçada por Apolinário Porto Alegre, talvez por suas divergências políticas ou de interpretação sobre os eventos revolucionários, Apolinário não soube ou não quis honrar-lhe a memória, preferiu dedicar seu talento a outra homenagem. Ironicamente, deixou de fazer a devida apreciação à vida de um rio-grandense que tão bem representou a classe letrada da Província tão menosprezada, segundo o próprio Apolinário que tanto reclamava da ideia predominante sobre a exclusiva vocação dos continentinos para às armas. Apolinário cedeu sua potente voz narrativa e a vivacidade de sua pena a um “bagadu” e não a um “tinteiro”, rendeu homenagem às armas e não às letras rio-grandenses.

As biografias de Bento Manoel, Marques de Souza e Caldre e Fião são, portanto, representativas de um ciclo, uma geração e uma sociedade dividida entre o dever de esquecer e a coragem de lembrar. O ciclo que se cumpre com o término da **Revista Mensal** é aquele iniciado com **O Guayba**, a partir da reunião de jovens dispostos a experimentarem outros modos de inserção e expressão social. A primeira revista exclusivamente literária da Província apareceu no cenário periodístico da capital disposta a evidenciar as competências intelectuais dos tímidos letrados locais e, os 120 exemplares com 946 páginas publicadas durante dois anos e cinco meses, demonstraram a necessidade de um meio de veiculação de ideias variadas, sem vinculação estrita com a política partidária, porém participando ativamente na discussão das questões fundamentais para a sociedade sul-rio-grandense e brasileira.

Num tempo em que “bagadus” como Bento Manoel e Marques de Souza representavam o papel social dominante na sociedade, os homens de terra e guerra, os jovens de **O Guayba** iniciavam outro percurso de existência, a dos “tinteiros” ou homens de papel e tinta, que será definitivamente delineada após 20 anos de exercício público na seara literária, que consolidou práticas e espaços, criou condições para outras iniciativas, institucionalizou e valorizou comportamentos estabelecendo pertencimentos e a respeitabilidade necessária para o novo papel social a ser doravante desempenhado.

São também representativos de uma geração de guerreiros, responsável pela construção do mais evidente modo de ser rio-grandense, não necessariamente por opção, mas certamente por sobrevivência e competência na arte que lhes foi dada a conhecer e aperfeiçoar. Fundadores, seja como membros ou como presença mental, do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, especialmente Marques de Souza e Caldre e Fião foram mais vigilantes da memória regional do que produtores, no entanto, demarcaram com esta iniciativa a necessidade e a importância de efetuar a sua escrita, e tornaram evidente a dificuldade desse procedimento não por carência de letrados habilitados a realizá-lo, mas principalmente pela proximidade do acontecimento mais marcante entre todos — a guerra civil.

E, finalmente, são representativas de uma sociedade dividida entre o dever de esquecer e a coragem de lembrar, nesse caso, especialmente, Bento Manoel e Caldre e Fião, o primeiro diretamente envolvido desde o início das movimentações políticas até os combates propriamente ditos, e o comportamento oscilante durante o conflito; o segundo pelo contato traumático dos eventos desencadeados durante o cerco da capital pelas tropas insurgentes sob o comando de Bento Gonçalves e o horror que desmonstrava a todo e qualquer conflito armado. O biógrafo de Bento Manoel relembra que “este movimento foi posto em per-

pétuo esquecimento pela alta munificência do imperante” e Caldre e Fião revela profundo pesar ao evocar a memória sobre tais acontecimentos, pois “tudo isto é bem difícil de descrever-se e parece ainda um sonho para o nosso espírito”. Todavia ambos cumpriram com seu dever para com o futuro, Bento Manoel ao responder a sua consciência responsabilizando-se pelas escolhas que fez, e reavaliando sua posição quando julgou necessário fazê-lo, assim como todos os envolvidos nesse grande drama; e Caldre e Fião, enfim cumpriu seu dever de legar aos pósteros algum vestígio de suas lembranças sobre aqueles “lutuosos dias”, como o menino que trabalhava na Santa Casa de Misericórdia e deve ter presenciado o atendimento a muitos feridos nesse conflito. Não é possível esquecer por decreto, tampouco é simples romper com o silêncio sobre fatos e pessoas tão controversos, é preciso agir com coragem e responsabilidade, tanto Bento Manoel quanto Caldre e Fião agiram de acordo com seu próprio código moral.

Cada qual cumpriu o papel que lhe foi dado representar nessa existência, dois militares e um letrado são representativos, ainda, das modificações que se foram operando no seio da sociedade rio-grandense ao longo desse recorte temporal, na criação e consolidação de novos papéis sociais, pois Bento Manoel, pela antiguidade só pode pertencer a classe dos homens de terra e guerra; Marques de Souza, apesar de não ser um letrado, acompanhou pessoalmente a constituição do IHGPSP e viu o florescimento do Parthenon Literário, participou e privou da companhia dos letrados, sendo um respeitado homem de terra e guerra entre eles. E o Dr. Caldre e Fião, homem de ciência e letras, do início ao fim, que contribuiu esforçadamente para a construção desse espaço público de produção de ideias, debates e escrita, acompanhou pessoalmente a transformação da cultura literária na difícil e tortuosa cultura histórica da Província de São Pedro do Sul.

Na disputa pela memória da guerra civil, contávamos com dois “tinteiros” e dois “bagadus” de vulto, representam os primeiros Dr. Caldre e Apolinário, quantos aos segundos temos outras similitudes, são os dois Bentos, Bento Manoel e Bento Gonçalves.

Se Bento Manoel foi submetido ao julgamento dos historiadores de seu tempo e do futuro (bem mais severos) sem que, no entanto uma classificação adequada lhe pudesse ser atribuída, pelo menos sua memória colheu ainda no tempo dos acontecimentos certas glórias, afinal numa guerra em que não houve formalmente declaração de derrota ou vitória, ele ficou do lado que recebeu as condecorações pelos serviços prestados ao Império, teve a devida promoção hierárquica e ainda conseguiu ocupar um lugar na galeria dos bustos ilustres do Parthenon, não é pouco para um “obscuro soldado”, um homem de terra e guerra que seguiu apenas a sua consciência nas opções que fez durante o transcurso da guerra.

Já o outro Bento, teve que conviver apenas com as dolorosas cicatrizes das batalhas e amargo ostracismo da Província natal, e proscrito do arquivamento de sua memória, não mereceu como seus companheiros de luta Canabarro e Netto, a distinção de pertencer aos ilustres do Parthenon, no entanto teve um “tinteiro” disposto a utilizá-lo como um símbolo da resistência sul-rio-grandense aos arcaicos valores da monarquia. Bento Gonçalves foi ao seu tempo tão ou mais controverso que Bento Manoel, mas coube aos historiadores republicanos do futuro acolherem o herói que Apolinário corajosamente esboçou, ainda em tempos monárquicos, e o transformarem no grande nome da Revolução, da Liberdade e da República. Embora todos esses princípios soem por demais superlativos para as intenções, forças e capacidades do próprio Bento, de qualquer maneira, assim como Bento Manoel, Bento Gonçalves seguiu as suas inclinações pessoais (com muita “valentia moral”), fez escolhas e agiu conforme o homem de terra e guerra que era.

A trama da história é tecida por muitos enredos que se tornam literários ou históricos na medida em que encontram os “tinteiros” competentes para realizar tal ou qual narrativa. O Dr. Caldre e Fião era um

excelente “tinteiro”, poderia ter-nos legado páginas admiráveis sobre os homens e os eventos que os convulsionaram, entretanto, se de um lado não lhe faltavam nem habilidade, nem competência para realizar esse trabalho, por outro dois empecilhos o impediram: o primeiro, a sua aversão à guerra e seus efeitos, pois, todas as vezes que foi instado a manifestar-se sobre o tema, ele o rechaçou ou tratou com reservas, não fez apologia, ou defesa de qualquer participante ou evento da revolução. Seus dois romances o comprovam e as poucas menções aos acontecimentos durante o cerco da capital demonstram suficientemente tal afirmação. O segundo, a própria interdição da evocação pessoal da lembrança desses acontecimentos. Se o Imperador havia ordenado o esquecimento do passado de dissensões entre os filhos da Província, Caldre e Fião só queria não ter que lembrar para que não voltasse a acontecer, ou seja, ele queria exercer o direito de esquecer.

Apolinário por sua vez, era um rapaz impetuoso, estudioso, esforçado e talentoso com a pena e a tinta. Suas crenças nos valores e ideais da Revolução Francesa o conduziram a interpretar a guerra dos rio-grandenses em consonância com o ideário dos franceses e que encontrou um momento histórico apropriado para frutificar, havia um “bando de ideias novas” brotando na imprensa, nas ruas e nas associações literárias, a Guerra do Paraguai fortaleceu a classe militar e todos os valores que lhe circunscrevem o caráter, a monarquia já dava sinais de exaustão, havia um prenúncio de República no horizonte nacional. Além disso, uma geração de homens que haviam participado pessoalmente da guerra civil já estava desaparecendo, então o habilidoso “tinteiro” encontrou o momento apropriado para reabilitar a memória de um “bagadu” “dotado de muita valentia moral”, segundo Sá Brito, e um líder tão corajoso e carismático a ponto de tornar-se um símbolo de resistência à opressão, à tirania e à monarquia *tal como deve ser*.

Enfim, os “bagadus” encontram a mão e a pena do “tinteiro” capaz de lhes delinear o perfil e descrever o espírito que iria compor num breve futuro as decantadas qualidades de todos os rio-grandenses, tornando os “lutuosos” dias vividos por Caldre e Fião em epopeia de heróis brandindo suas espadas pela liberdade, pela honra e pela república. Apolinário dá início a essa viragem na interpretação dos fatos e personagens da guerra e Alfredo Varela, com a autoridade do historiador, realizará a fusão dessas expectativas, ambos reciprocamente como herdeiros e transmissores de uma interpretação histórica comum.

Notas

1 Sobre a ficção, a literatura e o imaginário como estruturas antropológicas fundamentais ver: ISER, 1996. Sobre os entrelaçamentos e as diferenças fundamentais entre História, Ficção e Literatura ver: LIMA, 2006. Reflexões sobre os modos narrativos e suas especificidades em relação a memória ver: RICOEUR, 1997 e 2007. Sobre as discussões que já realizei sobre essas categorias ver: GOMES, 2009.

2 Sobre a perspectiva dessas transmissões pelas gerações ver: HALBWACHS, 2004, esp. p.69-75 e RICOEUR, 1997, p.193, 380 e ss.

3 Ou ainda conforme indica Le Goff (1984, p.13): “No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita e às fases de transição da oralidade à escrita, a que Jack Goody chama “a domesticação do pensamento selvagem”.

4 Aqui a “transmissão” é tratada como um tempo atravessado pela experiência interna (ou intratem-

poralidade) do indivíduo que age e sofre o “trabalho da história” num determinado espaço e que permite a constituição da “tradicionalidade”, ou seja, “a distância temporal que nos separa do passado não é um intervalo morto, mas sim uma *transmissão geradora de sentido*” ou ainda a “tradição transmitida” pela “cadeia das interpretações e das reinterpretações das heranças do passado” por meio da “sequência das gerações que fornece à, cadeia das interpretações e das reinterpretações o esteio da vida e da continuidade dos vivos”, conforme explica Ricoeur, 1997, p.377-391.

5 “A escrita representa o papel de um *rito de sepultamento*; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso. Por outro lado, tem uma função *simbolizadora*; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente: “marcar” um passado, é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está *por fazer* e, conseqüentemente, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos” (CERTEAU, 2002, p.106). Sobre a discussão que faz Ricoeur sobre o papel da morte na história e das formulações de Certeau ver: RICOEUR, 1997, p.194-195 e 2007, p.373-380

6 A utilização do conceito “imaginário social” segue a formulação teórica de Baczko (1985, p.309) segundo a qual: “É através dos seus imaginários sociais, que uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distinção dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser”.

7 As narrativas ficcionais ou não constituem um *locus* privilegiado de produções de sentido, por sua importância como prática social dos sujeitos históricos (autores e leitores), como representação simbólica da realidade na qual está inserida, que dá a ler modos socioculturais de expressão através da materialização no texto de possíveis modos de “fala” regional e, também, como constituintes do discurso social produzido pelas diversas modalidades discursivas existentes numa sociedade. Desde os mais tradicionais códigos sociais instituídos pelo costume até as formulações legais reguladoras da sociedade, dos artigos jornalísticos às narrativas literárias de ficção ou de cunho historiográfico, que são compartilhadas – pelos leitores – num determinado meio social e que estão impregnadas de significados historicamente construídos. Pois como assevera Pesavento (2004, p.82-83): “A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. Porque se fala disto e não daquilo em um texto? O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido? (...) é a Literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma”. Para uma discussão sobre o “discurso social” entendido como um sistema organizador do trabalho discursivo numa sociedade ver: ANGENOT, 1992. Para um aprofundamento sobre o papel das narrativas na materialização do imaginário social sobre os rio-grandenses durante o século XIX, ver GOMES, 2009.

8 As “lutas de classificação” como prática social são definidas por Pierre Bourdieu como as “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo” (BOURDIEU, 1998, p.113).

9 **Tinteiros e Bagadus** aparecem no conto *Pilungo*, publicado no livro *Paisagens* em 1875, segundo a descrição do autor: “As duas denominações exprimiam caracteristicamente os indivíduos de bairros tão diferentes pelos costumes e civilização de seus habitantes. **Tinteiro significava o que sabia ler e escrever**, a miuçalha que, favoreada pela fortuna podia ter a **tintura literária**, segundo seus gostos; **bagadu o desvalido da sorte**, cujo destino se assemelhava ao peixe, donde lhe proviera o nome, e que não é menos favorecido da natureza. Um era rico, o letrado, o que tinha as comodidades da vida e as condições que de per si o elevavam; o outro o pobre, **o ignorante**, tomando um lugar no banquete da vida por seus esforços próprios na luta contra a natureza bravia e indômita e contra o parasitismo dos grandes e poderosos que tendem sempre a absorver os modestos, obscuros, e, no entanto incansáveis obreiros, imenso corpo de colaboradores anônimos, em cujos braços repousa a humanidade. (...) o tinteiro tem sempre conquistado terreno a seu adversário, o tem lentamente repellido, reduzindo-o (...)”. (PORTO ALEGRE, 1987, grifos meus).

REFERÊNCIAS

- ANGENOT, Marc. *Para uma Teoria do Discurso Social: Problemática de uma pesquisa em andamento*. (Tradução Zilá Bernd) In: *Cadernos*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Instituto de Letras. N.7: Porto Alegre, 1992.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi. nº 5: Antropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRITO, Francisco de Sá. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Prefácio, introdução biográfica e notas de Paulino Jacques. (reprodução fac-similada da edição original) Rio de Janeiro: Gráfica Ed. Souza, 1950. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845*. Porto Alegre: Sulina, Martins; Caxias do Sul: EdUCS, 1984.
- CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Globo, 1971.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário. Perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: EdUERj. 1996.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. In: *Enciclopédia Einaudi. Vol. 1. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.
- PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTHENON LITTERARIO. Porto Alegre, janeiro a dezembro de 1875, 2ª série, 4º ano, Imprensa Litteraria.

PORTO ALEGRE, Apolinário. Cancioneiro da Revolução de 1835. Porto Alegre, Cia. União de Seguros Gerais, 1981.

_____, Apolinário. Paisagens. Porto Alegre: Movimento; Brasília: INL, 1987. (Primeira edição: 1875)

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: EdUNICAMP, 2007.

_____, Paul. Tempo e narrativa. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.